

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 543.152 - RN (2019/0327409-7)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : THIAGO BEZERRA DE MELO
ADVOGADO : THIAGO BEZERRA DE MELO - PB023782
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PACIENTE : RADMYLLA THAYRA COSTA DE ALENCAR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de RADMYLLA THAYRA COSTA DE ALENCAR contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, proferido no julgamento da Apelação n. 2018.004316-0.

Consta dos autos que a paciente foi condenada, em primeiro grau, à pena de 8 anos e 10 meses de reclusão, em regime fechado, como incurso nas sanções dos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei n.º 11.343/2006 (tráfico e associação para o tráfico de drogas).

Interposta apelação, pela defesa, o Tribunal negou provimento ao recurso.

No presente *writ*, o impetrante sustenta, em síntese, que a paciente transportou a droga na condição de "mula", circunstância que permitiria a aplicação da causa especial de diminuição de pena do § 4º do art. 33 da Lei de Drogas. Alega, ainda, que, indevidamente, não foi aplicada a atenuante da confissão.

Requer, assim, a redução da pena.

Indeferido o pedido liminar e prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *mandamus* e, se conhecido, pela denegação da ordem (fls. 165/168).

É o relatório.

Decido.

Nos termos da jurisprudência desta Corte, o presente *habeas corpus* não merece ser conhecido, pois impetrado em substituição ao recurso próprio (cf.: HC

Superior Tribunal de Justiça

358.398/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 09/08/2016).

Embora seja possível a concessão da ordem, de ofício, se constatada a existência de manifesta ofensa à liberdade de locomoção do paciente, essa não é a hipótese dos autos.

Isso porque mostra-se incabível o pedido referente à aplicação da minorante do § 4º, haja vista que, conforme se verifica nos julgados desta Quinta Turma, a condenação pelo crime de associação para o tráfico de drogas inviabiliza a aplicação da causa redutora de pena (§ 4º do art. 33 da Lei de Drogas).

Confirmam-se:

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. DOSIMETRIA DA PENA. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. QUANTIDADE DA DROGA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. INAPLICABILIDADE. RÉ QUE SE DEDICA AO TRÁFICO. CONDENAÇÃO POR ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO. REGIME MAIS GRAVOSO (FECHADO). CONCURSO MATERIAL. REPRIMENDA SUPERIOR A 8 ANOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento que o acolhimento do pedido de absolvição pelo delito de associação para o tráfico de drogas implica imersão no conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável na via estreita do habeas corpus. *Precedentes.*

[...]

6. A condenação por associação para o tráfico de drogas obsta a aplicação do redutor previsto no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas, uma vez que demanda a existência de *animus associativo estável e permanente* entre os agentes no cometimento do delito, evidenciando, assim, a *habitualidade criminosa da paciente*. *Precedentes.*

7. Aplicada a regra do concurso material e somadas as reprimendas impostas para os delitos de tráfico de drogas e de associação para o tráfico, revela-se correto o regime inicial fechado para o cumprimento inicial da pena superior a 8 anos de reclusão, nos termos dos arts. 33, § 2º, "a", do Código Penal e art. 111 da LEP.

8. Habeas corpus não conhecido. (HC 392.818/SP, Rel.

Superior Tribunal de Justiça

Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 19/05/2017)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. AUSÊNCIA DE LAUDO TOXICOLÓGICO. PRESCINDIBILIDADE. CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO A COMPROVAR A MATERIALIDADE DO DELITO. ABSOLVIÇÃO. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS IMPOSSIBILIDADE NA ESTREITA VIA DO WRIT. DOSIMETRIA DA PENA. PENAS-BASE FIXADAS ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. CULPABILIDADE, MOTIVOS CIRCUNSTÂNCIAS E CONSEQUÊNCIAS. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. ELEMENTOS DO PRÓPRIO TIPO. CAUSA DE AUMENTO PREVISTO NO ART. 40, V E VI, DA LEI 11.343/2006. AUMENTO SUPERIOR A 1/6 SEM FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO 4º DO ART. 33 DA LEI Nº 11.343/06. CONDENAÇÃO POR ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

IV - O habeas corpus não é a via adequada para apreciar questões que envolvam exame aprofundado de matéria fático-probatória, mormente se a prova não for convergente para tal desiderato.

[...]

VIII - Na espécie, a não aplicação, pelas instâncias ordinárias, da minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, está devidamente fundamentada, tendo em vista o paciente ter sido condenado, outrossim, pelo crime de associação para tráfico, não preenchendo, portanto, os requisitos legais para a concessão da benesse. (Precedentes).

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício apenas para redimensionar as penas impostas ao paciente, tornando-as definitivas, em razão da regra do art. 69, do Código Penal, em 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses de reclusão (HC 303.109/ES, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 27/03/2015).

Por fim, necessário destacar que a pena, na segunda fase da dosimetria, não pode ficar aquém do mínimo legal, conforme o entendimento consolidado no Enunciado n. 231 da Súmula desta Corte Superior de Justiça, *verbis*:

Superior Tribunal de Justiça

A incidência de circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.

Assim, a despeito da alegada atenuante suscitada pelo impetrante, não seria cabível a redução sanção da paciente, na fase intermediária, visto que a pena-base foi fixada no mínimo legal.

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

